

JOVENS ATIVISTAS E JUSTIÇA CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES DE TXAI SURUÍ E AMANDA COSTA

Criselli Maria Montipó

Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Conceituação, metodologia, investigação, análise formal, escrita – rascunho original, redação – revisão e edição

Myrian Del Vecchio-Lima

Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Conceituação, metodologia, investigação, análise formal, redação – rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

Diante da necessidade de sensibilização para o enfrentamento da crise do clima, este artigo analisa as articulações no Instagram de duas jovens ativistas brasileiras sobre justiça climática: Txai Suruí, integrante do movimento da juventude indígena de Rondônia, e Amanda Costa, fundadora e diretora executiva do Instituto Perifa Sustentável, selecionadas por integrem o Comitê Jovem do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. Após as três etapas de análise narrativa adotadas (acontecimento, organização e conflito), vinculadas ao arcabouço teórico-metodológico da interseccionalidade, os resultados apontam que as jovens mulheres fissuram novos espaços e promovem discussões sobre meio ambiente, direitos humanos, cidadania, participação social e justiça climática. Com linguagem informal e empática, as ativistas realizam pressão aos agentes (governantes, instituições, empresas) e estabelecem conexão com seus públicos. Como mulheres do Sul Global, as ativistas Txai Suruí e Amanda Costa desafiam polos de poder. Conforme os resultados da análise, foi possível verificar que as jovens exercem espaço de protagonismo na articulação de conteúdos sobre os temas ao promover *advocacy* e ocupar as redes sociais digitais com foco educativo, de modo crítico e criativo. Representantes de povos historicamente invisibilizados, Txai e Amanda praticam narrativas de resistência ao invocar a ancestralidade na luta por um futuro com justiça climática.

PALAVRAS-CHAVE

ativismo, justiça climática, juventude, Txai Suruí, Amanda Costa

YOUNG ACTIVISTS AND CLIMATE JUSTICE: AN ANALYSIS OF THE ARTICULATIONS OF TXAI SURUÍ AND AMANDA COSTA

ABSTRACT

Faced with the imperative to raise awareness to tackle the climate crisis, this article delves into Instagram manifestations of two young Brazilian activists dedicated to climate justice: Txai Suruí, a member of the indigenous youth movement in Rondônia, and Amanda Costa, founder and executive director of the Instituto Perifa Sustentável, selected for their involvement of the United Nations Global Compact Youth Committee. Following the three stages of narrative analysis adopted (event, organisation and conflict), coupled with the theoretical-methodological framework of intersectionality, the findings show that the young women are breaking new

ground and promoting discussions surrounding the environment, human rights, citizenship, social participation and climate justice. Using informal and empathetic language, the activists exert pressure on agents (governments, institutions, companies) while establishing a connection with their audiences. As women from the Global South, activists Txai Suruí and Amanda Costa challenge entrenched power dynamics. The findings of the analysis underscore the pivotal role played by these young women in articulating content on the issues. Through advocacy efforts and active engagement on digital social networks, they exhibit a critical and creative approach. Serving as representatives of historically invisible peoples, Txai and Amanda employ narratives of resistance, drawing upon their ancestral heritage in the pursuit of a future with climate justice.

KEYWORDS

activism, climate justice, youth, Txai Suruí, Amanda Costa

1. INTRODUÇÃO

O segundo semestre de 2023 escancarou o que a comunidade científica mundial tem alertado há anos: a emergência climática se mostra cada vez mais severa e as possibilidades para enfrentar a situação estão se tornando estreitas. As rápidas alterações no clima da Terra — denominada emergência climática devido à necessidade de ações imediatas — já são consideradas a maior situação de risco à sobrevivência humana, com aumento significativo da temperatura, de acordo com dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2023) — o IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change).

O *Relatório Síntese Sobre Mudança Climática 2023*, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2023), evidencia as perdas e os danos causados pela mudança global do clima. Consequência direta da queima de combustíveis fósseis, do uso desordenado e insustentável do solo e de energia, a temperatura média mundial já subiu 1.1°C acima dos níveis pré-industriais e é responsável por aumentar a frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos que a humanidade vem enfrentando de forma mais acentuada, principalmente quando se soma ao fenômeno do super *El Niño*.

Desde julho de 2023, a série prolongada de novos recordes de temperatura na Terra confirma as projeções (Observatório do Clima, 2023). As sucessivas ondas de calor demonstram que o prazo previsto pode estar reduzido: enchentes, vendavais, chuvas de granizo, deslizamentos de encostas, entre outros eventos ocorrem em velocidade ainda maior. Urgentes são as ações para enfrentar esse quadro. Ao mesmo tempo, a violação aos direitos humanos agravados com a crise climática apresenta desafios próprios, em especial sobre a exposição desigual dos diferentes grupos sociais aos seus impactos, o que demanda uma abordagem sob a perspectiva da justiça climática (Nusdeo & De Paula e Silva, 2023).

A prevalência da responsabilização dos indivíduos sobre as questões ambientais — em detrimento da responsabilização de governos e empresas — mostra-se perversa sobre os impactos desproporcionais na emergência climática na vida das pessoas, especialmente das populações em vulnerabilidade socioambiental. A comunicação gestada

de forma colaborativa no bojo das inquietações das comunidades pode colaborar para a sensibilização social e para a cobrança dos agentes públicos e empresariais nesse cenário de incertezas e injustiças acentuadas.

A situação é agravada entre os jovens, principalmente aqueles que já vivem em situação vulnerável, como é o caso de populações negras e tradicionais¹, além de mulheres, idosos e pessoas com deficiência. Diante da emergência climática, a juventude do mundo todo tem experimentado a sensação de medo, falta de esperança no futuro e tristeza generalizada. Trata-se da ansiedade climática ou ecoansiedade (Grandisoli et al., 2021).

Apesar do cenário, um importante papel de sensibilização tem sido desempenhado por jovens ativistas a partir de plataformas digitais, sejam em redes sociais como Instagram, Facebook, TikTok e X², ou em espaços para compartilhamento de vídeos, como o Youtube, e plataformas de consumo de áudio como Spotify e Deezer. A juventude engajada na luta contra os efeitos da crise climática tem ocupado lacunas da cobertura midiática sobre a questão ambiental.

Pesquisas desenvolvidas na área da comunicação demonstram a falta de atenção da mídia à escuta de lideranças, organizações não-governamentais e movimentos sociais que apresentem ângulos diversos relacionados às mudanças climáticas e seus desdobramentos na esfera pública. Nos documentos governamentais e nas abordagens da mídia convencional há a predominância do enfoque catastrofista. Apesar de não haver muitas pesquisas que investiguem os efeitos do enquadramento negativo das notícias sobre o tema (Balbé & Loose, 2020), há o entendimento de que tal perspectiva tende a gerar mais imobilização do que proatividade (Shome & Marx, 2016). Além disso, há percepção sobre a falta de comprometimento dos governos na elaboração de políticas públicas efetivas no enfrentamento da emergência climática; resistência ou lentidão das empresas na instalação de novas práticas socioambientais; e pouco ou nenhum interesse geral dos cidadãos sobre a temática (Grandisoli et al., 2021).

Assim, este artigo se debruça sobre a problemática da comunicação e da sensibilização para a crise do clima sob a perspectiva dos direitos humanos. Busca analisar as articulações de jovens ativistas com a justiça climática. Trata-se de um recorte, a partir dos usos do Instagram e do net-ativismo desempenhado por duas lideranças brasileiras da área ambiental, selecionadas por integrarem o Comitê Jovem do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)³: a ativista Txai Suruí, do movimento da

¹ No Brasil, povos tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que usam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Possuem formas próprias de organização social, bem como territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Para mais detalhes: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/populacoes-tradicionais>.

² Microblog anteriormente conhecido como Twitter, mudou de nome em 2023 e passou a se chamar X, apesar de manter o link <https://twitter.com>.

³ Txai Suruí e Amanda Costa integram o Comitê Jovem do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/comite-jovem/>.

juventude indígena do estado de Rondônia e voluntária do *Engajamundo*⁴, organização que atua pelo empoderamento da juventude; e a também ativista climática Amanda Costa, fundadora e diretora executiva do Instituto Perifa Sustentável, entidade com sede no bairro Brasilândia, na cidade de São Paulo, que busca mobilizar jovens que vivem nas periferias urbanas para construir uma nova agenda de desenvolvimento para o Brasil, tendo como base as perspectivas de raça e clima.

Esse enfoque parte da necessidade de olharmos para a relevância do fenômeno e do desafio de discutir desigualdades sociais no debate público sob o prisma de populações vulneráveis e historicamente silenciadas, como são as mulheres indígenas e negras, foco desta pesquisa. Além disso, busca compreender práticas culturais e estratégias criativas adotadas pela juventude ativista que coloquem em destaque os temas cidadania, direitos humanos, comunicação, justiça climática, entre outros.

O artigo está organizado em outras cinco seções: discute as relações entre juventude e crise climática; aborda a justiça climática e o papel do net-ativismo ambiental; apresenta o percurso teórico-metodológico da análise; traz as reflexões pertinentes aos resultados encontrados e tece considerações finais.

2. JUVENTUDE E CRISE CLIMÁTICA

Dada a situação de crise socioambiental que se mostra cada vez mais acelerada, os próximos anos são decisivos para a construção de respostas para a emergência climática. Soluções inovadoras são, aliás, urgentes para que as atuais, as novas e as futuras gerações possam viver com dignidade. O relatório elaborado pela United Nations Children's Fund (2021) demonstra que crianças e adolescentes são ainda mais suscetíveis à crise do clima. O documento evidencia que aproximadamente 1.000.000.000 de crianças e adolescentes, quase metade dos 2.200.000.000 de jovens e crianças no mundo, vivem em um dos 33 países classificados como de risco extremamente elevado aos efeitos das mudanças no clima.

O protagonismo jovem pode influenciar as tomadas de decisão em diferentes níveis, contribuindo para a construção coletiva de soluções para problemas reais (Grandisoli et al., 2021). Nesse aspecto, o movimento *Fridays for Future* (<https://fridaysforfuture.org>), também conhecido como *Juventude pelo Clima*, é bastante representativo por promover uma mobilização global sobre a questão. Organizado por jovens desde 2018 — quando a estudante sueca Greta Thunberg, à época com 15 anos, iniciou uma greve escolar pelo clima — o movimento busca pressionar a sociedade a ver a crise climática com a atenção que merece. O movimento internacional é conduzido por estudantes que faltam às aulas nas sextas-feiras para participarem das manifestações a exigirem ações dos líderes políticos sobre as mudanças no clima.

Ainda que o protagonismo da pressão juvenil por ações para conter a crise climática esteja centrado na figura de Greta, que começou a protestar em agosto de 2018 em

⁴ A rede *Engajamundo* surgiu em 2012, depois da participação de um grupo de jovens na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e atua na articulação da juventude no enfrentamento aos problemas ambientais e sociais do Brasil e do mundo. Para mais detalhes: <https://engajamundo.org>.

frente ao parlamento da Suécia, com uma placa “skolstrejk för klimatet” (“greve escolar pelo clima”), inúmeros jovens do mundo todo vêm assumindo esse papel, também no chamado Sul Global⁵, que concentra populações mais vulneráveis do ponto de vista socioambiental. As brasileiras Txai Suruí e Amanda Costa têm participado ativamente de eventos e ações nacionais e internacionais de sensibilização quanto à crise climática.

Jovens em áreas de risco climático têm sido importantes articuladores em seus locais de moradia, especialmente no que se refere à justiça climática, tema que guarda especificidades, como será discutido a seguir.

3. JUSTIÇA CLIMÁTICA E O PAPEL DO NET-AATIVISMO AMBIENTAL

A vulnerabilidade às mudanças climáticas é um fenômeno multidimensional e dinâmico, moldado pela intersecção histórica de regimes políticos, econômicos e culturais que culminaram nos processos contemporâneos de marginalização (Nusdeo & De Paula e Silva, 2023). Para compreender a ideia de justiça climática é necessário relacioná-la aos conceitos de racismo ambiental, justiça ambiental e interseccionalidade.

Racismo ambiental é um termo cunhado na década de 1980 pelo ativista estadunidense Benjamin Franklin Chavis Jr., militante na luta contra o preconceito racial nos Estados Unidos. O conceito de racismo ambiental surgiu a partir dos protestos realizados pela população da comunidade de Afton, majoritariamente negra, contra a construção de aterro sanitário de resíduos tóxicos no Condado de Warren, Carolina do Norte, EUA, em 1982 (Acselrad, 2010)⁶. Portanto, o racismo ambiental se combina com políticas públicas e práticas da indústria — o que configura necropolítica⁷, exploração imobiliária, entre outras práticas colonialistas — para fornecer benefícios para a população branca, enquanto transfere custos para as pessoas negras e racializadas⁸. Assim, o subsequente movimento de justiça ambiental constituiu-se nos EUA a partir de uma articulação entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Essa

⁵ A partir da epistemologia decolonial, os conceitos de Norte Global e Sul Global se referem às identidades geopolíticas, não estritamente geográficas ou territoriais. Trata-se de posições intercambiáveis criadas pelo colonialismo e pelo capitalismo neoliberal. Conforme Ballestrin (2020), devido à referência aos países pobres e “em desenvolvimento” em contraste com os mais ricos e desenvolvidos, o Sul Global é herdeiro do conceito de “terceiro mundo”, termo em desuso. Os conhecimentos, valores e práticas econômicas e socioculturais gerados pelo Norte Global são impostos para todos, enquanto grupos e movimentos do Sul Global, por vezes subalternizados, representam a construção de um projeto político que reivindica caminhos inclusivos.

⁶ Foram seis semanas de protestos de rua não violentos e de bloqueios de estradas para que os caminhões com resíduos não chegassem à comunidade. As marchas de Warren popularizaram o slogan “not in my back yard” (em português, “não no meu quintal”). Não foi possível conter o despejo do lixo em Afton e mais de 500 pessoas foram presas, o que configurou as primeiras prisões da história dos Estados Unidos por razões ambientais. Em 1980, depois de cumprir quase uma década na prisão e receber atenção internacional, as acusações contra os presos conhecidos como “Wilmington 10” foram revogadas (Acselrad, 2010; Louback & Lima, 2022).

⁷ O filósofo camaronês Achille Mbembe discute que, por meio da necropolítica, poderosos definem quem pode viver e quem deve morrer. Conferir Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N1-Edições.

⁸ A partir da ideologia do embranquecimento, as classificações raciais são negociadas de modo simbólico, histórico, sociológico, antropológico e psicossocial. Ver também Schucman, L. V (2023). *Famílias inter-raciais: Tensões entre cor e amor*. Fósforo.

conexão de temas transformou o pensamento da época e desafiou o movimento ambientalista das décadas de 1960 e 1970, que se preocupava estritamente com a proteção do meio ambiente, desconectada das questões sociais (Louback & Lima, 2022).

Os conceitos de justiça ambiental e climática estão relacionados às questões históricas e geopolíticas. Países que emitiram mais gases de efeito estufa e contribuíram mais para a crise climática integram, predominantemente o Norte Global. Já países que contribuíram menos para a crise, mas que vão sofrer os impactos climáticos mais rapidamente e mais intensamente, pertencem ao Sul Global.

No Brasil, Acsegrad et al. (2009) e Acsegrad (2010) defendem que o movimento de justiça ambiental busca combater a narrativa de que os impactos ambientais são sentidos por todas as pessoas de igual modo. Para se ter uma ideia, estima-se que populações do Sul Global têm 99% de chance de sofrerem consequências negativas causadas por mudanças climáticas (Diffenbaugh & Burke, 2019). A justiça ambiental e o combate ao racismo ambiental desnaturalizaram as injustiças vinculadas à cor ou à etnia. É urgente que as desigualdades sejam colocadas em pauta no enfrentamento à crise contemporânea. Afinal, ainda que tais mudanças atinjam a todas as pessoas no globo, alguns grupos em situação de maior vulnerabilidade como crianças, adolescentes, mulheres negras e indígenas, têm sido mais impactados pelos efeitos da crise em curso.

Segundo o relatório *Women in Finance Climate Action Group* (2021), mulheres e pessoas do sexo feminino representam 80% das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas. Além disso, estruturas de política climática nacional, regional e multilateral não têm incorporado questões de gênero, raciais, étnicas, de classe, geracionais para tomada de decisão. A epistemologia feminista, portanto, colabora com o adensamento da perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade, nascida a partir das experiências de mulheres negras, latinas, indígenas, asiáticas, entre outras⁹. A justiça climática escancara a interface entre direitos humanos e mudanças do clima, especialmente para mulheres, crianças e adolescentes em situação de desigualdade (Louback & Lima, 2022).

Tais vulnerabilidades agravadas pela emergência climática precisam ser analisadas sob uma perspectiva interseccional. Afinal, a colonialidade persistente e as formas de racismo institucional e ambiental limitam o acesso a financiamento, mídia e outros recursos, além de inviabilizarem os esforços e a participação desses grupos no movimento climático. As ações para o enfrentamento da emergência climática devem, portanto, ser multissetoriais, com participação e debate popular, a fim de englobar as questões estruturais do desenvolvimento na perspectiva conjugada da garantia dos direitos humanos e da natureza (Isaguirre-Torres & Maso, 2023).

Entretanto, o que se vê é um silenciamento seletivo. Populações impactadas não têm sido foco de ações de resiliência para aspectos básicos da sobrevivência humana, como acesso à água, por exemplo, enquanto grandes empresários são recebidos em

⁹ A intelectual e ativista brasileira Lélia Gonzalez, na luta dos movimentos sociais desde 1960, discutia já nos anos 1980 como as mulheres amefricanas e ameríndias eram descoloridas e desracializadas pelos movimentos de mulheres, demonstrando essa invisibilização de eixos de opressão.

reuniões governamentais do mundo todo para privatizar o acesso a esse bem primordial para a vida na Terra¹⁰.

O desequilíbrio na escuta das vozes sociais impactadas por injustiças remonta à própria história do Brasil. Fruto do colonialismo, da escravização, de genocídio, etnocídio e epistemicídio negro e indígena (Gonzalez, 2019; Nascimento, 1978), a sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo. Sua formação histórica colonial, elitizada, imperialista, patriarcal e neoliberal mostra-se pouco inclusiva e altamente predatória.

A partir da perspectiva da justiça climática¹¹ (Mira Bohórquez, 2023; Louback & Lima, 2022), medidas para o enfrentamento da crise do clima devem levar em consideração: as desigualdades de condições que países e pessoas encontram para se defender dos efeitos do aquecimento global; a necessidade de novas estruturas jurídicas e institucionais para garantir a efetividade dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade; e a urgência em aprofundar a discussão a respeito das diferenciações que fazem com que alguns grupos sejam mais vulneráveis do que outros nesse contexto.

A comunicação ocupa espaço importante para o enfrentamento da emergência climática, como plataforma privilegiada de trocas sociais para inovação e construção de respostas plurais à crise. No entanto, na produção jornalística, há predominância de fontes especialistas, governamentais e de mercado, o que revela ausência de diversidade de vozes na cobertura e falta de estímulo dos meios de comunicação para a mobilização das comunidades afetadas (Horn & Del Vecchio de Lima, 2019).

Cabe à juventude ativista ocupar espaços de debate. Especialmente em um momento em que o capitalismo neoliberal se apropria dos ambientes de discussão¹² e as redes sociais digitais têm grande adesão do público mais jovem, são agregadores e difusores de conteúdo espontâneo, criam a possibilidade de acesso às novidades. As plataformas exercem o papel de canal de distribuição e determinam o que o público vê, quem é remunerado por essa audiência e quais assuntos ganham destaque, sem que se responsabilizem por sua apuração e divulgação.

Ainda que tais características vinculadas à “plataformização” possam restringir, em alguns aspectos, a distribuição de conteúdos, o ativismo provoca uma quebra do monopólio narrativo, democratiza e radicaliza as possibilidades comunicacionais. Nesse sentido, ativistas têm a oportunidade de promover comunicação democrática apesar da escassez de recursos, o que atualiza, para a contemporaneidade, o conceito de mídia radical desenvolvido no início deste século por John Downing (2001/2002).

O net-ativismo ambiental tem encontrado brechas na exploração algorítmica para colocar em pauta a crise climática. Di Felice et al. (2012) compreendem o net-ativismo

¹⁰ No Brasil, a execução das políticas públicas na área não tem considerado a condição de escassez da água em função dos usos econômico-produtivos, sendo o maior consumo o da irrigação de *commodities*, como arroz e soja. As mudanças climáticas agravam a situação do abastecimento nas cidades e no campo, “penalizado com abandono de infraestrutura, racionamentos, fornecimento de água por caminhões-pipa, e abertura de poços artesianos sem o necessário controle da qualidade da água” (Fante & Lima, 2023, para. 8).

¹¹ Foi apenas em 2015 que a justiça climática finalmente foi reconhecida no preâmbulo do Acordo de Paris e explicitada formalmente pela ONU.

¹² Uma visão aprofundada pode ser encontrada na obra *Capitalismo de Plataforma*, em que Srnicek (2016) trata das lógicas de extração de valor nas plataformas e sugere uma coletivização das plataformas.

como “uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede” (p. 146), entendendo-se previamente que a rede cria a si mesma, produzindo seus componentes e, por sua vez, é produzida por eles. De acordo com Del Vecchio-Lima et al. (2023), para que o net-ativismo seja bem-sucedido, suas ações dependem do sucesso individual de cada participante da rede enquanto ecossistema informativo e criador de sinergia para fins de ação e ativismo.

Complementar à ideia de net-ativismo de Di Felice et al. (2012) há o entendimento de que esse movimento em rede apresenta uma forma de cidadania ativista. Para o autor italiano, o net-ativismo consiste em “uma interação fecunda entre sujeitos, grupos e entidades com o território e as tecnologias de informação, as redes informativas e as diversas interfaces utilizadas” (Di Felice, 2012, p. 146), formando uma rede colaborativa e uma ação social interativa que permitem transformações sobre a realidade em diferentes dimensões. Assim, como a breve discussão aqui permite, há a apropriação comunicativa por grupos e indivíduos potencialmente vulneráveis ou por entidades e coletivos preocupados com grupos vulneráveis.

Essas novas formas de ativismos em rede são particularmente atraentes para jovens interessados em transformar a realidade e as territorialidades pelas quais lutam. O ativismo jovem nas redes fura a bolha e, parafraseando Peruzzo (1999), dá seu aporte à educação democrática ao promover a criação coletiva e ao difundir conteúdo diretamente relacionado à vida local.

4. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE ANÁLISE SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA

Muito se tem discutido sobre a construção ou invisibilização de narrativas no contexto contemporâneo. De acordo com Rincón (2006), a narrativa pode contribuir para impactar ou surpreender, ironizar, mostrar o impossível, o imprevisto ou paradoxal da natureza humana. A análise da narrativa, por sua vez, busca interpretar as relações sociais e as complexidades de suas interações. Nosso arcabouço teórico-metodológico, vinculado ao paradigma da pesquisa social, insere-se na compreensão de atores sociais em relação e em perspectiva. Apropria-se do método qualitativo a fim de interpretar fenômenos humanos e sociais. Uma das características da pesquisa qualitativa, valorizada na escolha dessa perspectiva, é a de que, conforme Bauer et al. (2015), trata-se de uma abordagem intrinsecamente crítica e potencialmente emancipatória.

Neste artigo, os procedimentos metodológicos contam com recursos da análise crítica da narrativa (Motta, 2013), da interseccionalidade e da justiça climática. Nosso ponto de partida é de que as narrativas são relações argumentativas — atos de fala — e se estabelecem no contexto da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder, o que torna a metodologia adequada para análises sob a perspectiva da justiça climática.

Conforme Motta (2013) a análise da narrativa é apropriada para observar a configuração de uma intriga e suas nuances, principalmente, para compreender os valores

canônicos de uma cultura em ação e a construção simbólica da realidade. Por meio da análise crítica da narrativa, ponderamos sobre como as pessoas compreendem e representam o mundo.

Na hibridação aqui adotada, a análise narrativa buscou focalizar o poder de voz e as interseccionalidades de duas jovens ativistas. Na matriz para análise empírica do poder de voz sugerida por Motta, atenta-se à pluralidade de intervenções, já que a narrativa resulta em um produto plurivocal onde se manifestam vozes e interesses contraditórios que se sobrepõem. Por isso, as narrativas são polissêmicas (multiplicidade de vozes e de interesses que abre uma multiplicidade de interpretações) e são também polifônicas (várias histórias se entrecruzam).

Conciliamos o arcabouço analítico à contribuição da interseccionalidade, já que esta pode servir como uma ferramenta teórica e metodológica para estudar a vivência humana conectada às experiências (Collins & Bilge, 2020/2021). A interseccionalidade é uma forma de entender e analisar experiências humanas, especialmente quando tratamos de estruturas sociais desiguais vinculadas à organização de poder centralizado (Collins & Bilge, 2020/2021), como é o caso das soluções para combater as injustiças climáticas. Assim, nossa perspectiva adere à epistemologia feminista como teoria social crítica para pensar como raça, gênero, lugar social e geração se traduzem diante das profundas divisões sociais. Ao colocarmos em pauta as questões a partir do ponto de vista interseccional, nos aproximamos também do debate epistemológico da decolonialidade, que privilegia o enfoque às subjetividades subalternizadas e excluídas.

A perspectiva decolonial pretende, portanto, provocar posturas e atitudes de transgredir, intervir, (in)surgir e incidir, conforme Walsh (2009). É importante demarcar a decolonialidade como projeto de intervenção sobre a realidade, não como moda acadêmica ou rótulo. Afinal, Bernardino-Costa et al. (2018) ressaltam que a decolonialidade abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas. Logo, a teoria decolonial se debruça sobre os modos com quais os sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar na decolonização, movimento que vem sendo feito na práxis das jovens ativistas aqui focadas.

Assim, a análise privilegia três movimentos interpretativos propostos por Motta (2013): (a) a recomposição da intriga ou do acontecimento das narrativas das ativistas; (b) a organização da narrativa; e (c) a revelação de conflitos enquanto *frame* estruturador da narrativa sobre justiça climática¹³.

Uma etapa preliminar da análise se ocupa de compreender os lugares de fala das jovens ativistas. Conforme Motta (2013), a análise rigorosa e sistemática da comunicação narrativa no contexto de sua configuração pode revelar jogos de poder, o que é importante para o ativismo sobre justiça climática.

¹³ Motta (2013) propõe sete movimentos interpretativos para análise: (a) a recomposição da intriga ou do acontecimento; (b) a lógica do paradigma narrativa, a organização da história; (c) o surgimento de novos episódios (unidades temáticas da história); (d) a revelação de conflitos dramáticos (*frames*); (e) a caracterização dos personagens, figuras centrais da narrativa, e papéis atribuídos; (f) as estratégias argumentativas utilizadas para produção de efeitos de realidade e estéticos; e (g) a metanarrativa, fundo moral e ético da história. No nosso procedimento analítico, privilegamos três desses movimentos, adequados ao ativismo digital.

4.1. APRESENTAÇÃO DE TXAI SURUÍ

Walelasoetxeige Suruí, conhecida como Txai Suruí, pertence ao povo indígena Paiter Suruí. A jovem integra o movimento da juventude indígena de Rondônia, estado da região Norte do Brasil, que conta com 12 etnias e mais de 1.000 indígenas de 15 a 35 anos. Txai ganhou os holofotes do mundo, aos 25 anos, ao ser a única brasileira a discursar na abertura da COP-26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), em outubro de 2021.

Estudante do curso de Direito, Txai coordena a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé¹⁴, uma organização da sociedade civil de interesse público, com sede em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, fundada em 1992. O trabalho busca defender os direitos humanos e o meio ambiente ao propor soluções que fortaleçam a identidade, a cultura, a economia, a educação e a saúde dos povos indígenas de diversas regiões do Brasil. Txai atua como conselheira na WWF Brasil e no Pacto Global da Organização das Nações Unidas, além de ser colunista semanal da *Folha de S. Paulo*, desde 2022.

Txai revela que as pressões ambientais sofridas na maior terra indígena de Rondônia, Uru-Eu-Wau-Wau, passam por grilagem, invasões e, principalmente, queimadas ilegais, que aumentaram 600% durante a pandemia de covid-19. Tal contexto contribuiu para o agravamento da situação da população indígena, mais vulnerável às doenças respiratórias, já que as aldeias e cidades ficam cobertas de fumaça durante o período das secas (Louback & Lima, 2022).

Em entrevista à Ellen Acioli, a jovem Txai Suruí (2022) é enfática:

o mundo tem que olhar e valorizar a sabedoria tradicional. As soluções já existem e já são praticadas dentro da comunidade. O que precisa é que o mundo escute o que a gente fala e coloque isso em prática em outros lugares (p. 69).

Ao honrar a sabedoria ancestral de seu povo, Txai tem usado o Instagram (@txai-suruí) para fazer sua voz e de seus parentes circular.

¹⁴ Para mais detalhes sobre a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé: <https://kaninde.eco.br/>.



Figura 1. Reprodução do perfil @txaisurui no Instagram (<https://www.instagram.com/txaisurui>)

Embora tenha iniciado o perfil para uso pessoal, já na adolescência, Txai vem profissionalizando o uso da plataforma. Em novembro de 2023 tinha cerca de 128 mil seguidores.

4.2. APRESENTAÇÃO DE AMANDA COSTA

Amanda Costa é mulher negra que, em 2021, entrou para a lista #Under30 da revista *Forbes*. Formada em Relações Internacionais, Amanda é colunista da *Agência Jovem de Notícias* e do *Um Só Planeta*. Apresenta o programa de televisão #TemClimaParalssó? feito pelo *Alma Preta Jornalismo*, em parceria com a Rede TVT¹⁵, com intuito de ampliar a voz de pessoas negras, indígenas e quilombolas. Busca, em suas próprias palavras, “trazer uma visão afrodiaspórica e decolonizada sobre a crise climática”, conforme entrevista dada a Rafael Ciscati (2023), ao portal Brasil de Direitos.

A ativista é fundadora e diretora executiva do Instituto Perifa Sustentável¹⁶, organização que nasceu em 2019, quando Amanda Costa foi selecionada para o programa *UPG Sustainability Leadership*, realizado em Hurricane Island, Main, EUA. A iniciativa selecionou jovens lideranças do Sul Global que tinham ideias de “transformar o mundo num lugar melhor”. A ideia da Amanda foi de construir pontes entre o local e o global, encontrando caminhos para democratizar a crise climática nas periferias, favelas e comunidades.

¹⁵ A Rede TVT é um veículo de comunicação de caráter educativo. Está disponível via satélite em sinal digital HD aberto ou por assinatura. Também está disponível no Youtube e no site <https://www.tvt.org.br/web-tvt>.

¹⁶ Para mais detalhes sobre o Instituto Perifa Sustentável: <https://institutoperifasustentavel.com.br>.

Atualmente, as frentes de atuação do Instituto Perifa Sustentável estão centradas em *advocacy* climático, adaptação climática, educomunicação e participação social. Por meio da elaboração de projetos, o grupo reivindica a democratização e representatividade da juventude nos locais de tomada de decisão. Outra frente do instituto é a ocupação de espaços de liderança e atuação em processos institucionais, para encontrar formas de transformar a vida e os territórios dos mais afetados pela crise climática.

Amanda também é voluntária do *Engajamundo* e se apresenta como “cria” da “quebrada”, em referência a viver em uma área periférica de São Paulo. Assim, seu ativismo tem como proposta construir um mundo que priorize a vida das pessoas e do planeta, onde a justiça, a igualdade e a liberdade sejam princípios inegociáveis.

A criação da página no Instagram (@souamandacosta) para compartilhar conteúdo sobre a Agenda 2030 — especificamente a redução de desigualdades (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10) e ação climática (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13) — foi uma das primeiras ações de Amanda, vinculada à sua participação no programa *UPG Sustainability Leadership*. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integraram a agenda da ONU em 2015 para serem atingidos até o ano de 2030¹⁷.



Figura 2. Reprodução do perfil @souamandacosta no Instagram (<https://www.instagram.com/souamandacosta/>)

¹⁷ Ao todo, são 17 os ODS estipulados pela ONU: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

A partir da apresentação dos lugares de fala das ativistas selecionadas para a análise, na execução da primeira etapa desta pesquisa, procuramos traçar: (a) a recomposição da intriga ou do acontecimento das narrativas das ativistas. Conforme Motta (2013), nessa fase há a identificação dos eixos estruturantes das narrativas, ou seja, se são políticos, econômicos, psicológicos, familiares, jurídicos, entre outros. É o que desencadeia as narrações, seus temas e propósitos.

Desse modo, foram analisados os perfis das ativistas no Instagram, a partir de julho de 2023, tendo como marco as sucessivas quebras de recordes de temperaturas no segundo semestre de 2023, o que reforçou a necessidade de abordar a crise climática e, conseqüentemente, a questão da justiça climática. No total, foram 119 publicações analisadas, no período de 1 de julho a 14 de novembro de 2023. Para melhor visualização, os dados da primeira etapa de análise foram agrupados em tabelas, que trazem informações gerais, apresentam uma síntese dos conteúdos das postagens, bem como principais temas abordados, representatividade, entre outros.

Após essa primeira etapa da análise, que será apresentada a seguir (Tabela 1 e Tabela 2), analisamos ainda as narrativas sobre justiça climática a partir de três movimentos interpretativos propostos por Motta (2013), conforme já discutido.

5. REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS ENCONTRADOS

A partir da problemática da comunicação e da sensibilização para a crise do clima sob a perspectiva dos direitos humanos, esta pesquisa busca compreender táticas adotadas por ativistas que ocupam lugares sociais de saberes silenciados. Nos propusemos analisar as articulações das jovens ativistas Txai Suruí e Amanda Costa sobre justiça climática a partir dos usos do Instagram e do net-ativismo.

5.1. A RECOMPOSIÇÃO DA INTRIGA OU DO ACONTECIMENTO DAS NARRATIVAS

As postagens de Txai Suruí trazem à pauta questões socioambientais, políticas, de gênero, étnico-raciais e pessoais, conforme a síntese (Tabela 1):

Nome	Txai Suruí
Identificação de gênero e étnica	Mulher indígena
Número de seguidores	128 mil (14 de novembro de 2023)
Total de postagens no período analisado (julho-novembro 2023)	52
Postagens sobre justiça climática ou justiça ambiental no período analisado (julho-novembro 2023)	23
Conteúdo da postagem	
Foto	8
Vídeo	21

Carrossel ¹⁸	10
Outros	13
Legendas	Com emojis, hashtags, explicativas, humoradas, enfáticas, pessoais
Hashtags mais utilizadas	#MarcoTemporalNÃO #Resistência
Menções	Parceiros, mídia
Tópicos da postagem	
Principais temas	Direitos indígenas; pressão contra o marco temporal; mudanças climáticas; justiça climática
Linguagem	Informal, empática, de pressão aos agentes (governantes, instituições, empresas)
Estilo visual	
Cores	Verde, vermelho, branco, laranja
Fotografia	Artístico, documental, natureza
Gráficos ou infográficos	Ausente
Representatividade	
Uso de imagens representativas	Mulheres indígenas, povos indígenas, outras minorias sociais
Diversidade na audiência	Comentários, marcações de pessoas no mesmo lugar de fala

Tabela 1. Análise do Instagram de Txai Suruí

Entre os assuntos mais presentes nas postagens de Txai Suruí estão os direitos indígenas, a pressão contra o marco temporal¹⁹, as mudanças climáticas e a justiça climática.

As postagens de Amanda Costa também abordam questões socioambientais, políticas, de gênero, étnico-raciais e pessoais, conforme a síntese (Tabela 2):

Nome	Amanda Costa
Identificação de gênero e étnica	Mulher negra
Número de seguidores	26,5 mil (14 de novembro de 2023)
Total de postagens no período analisado (julho-novembro 2023)	67
Postagens sobre justiça climática ou justiça ambiental no período analisado (julho-novembro 2023)	46
Conteúdo da postagem	
Foto	22
Vídeo	33
Carrossel	18
Outros	9

¹⁸ O carrossel do Instagram é um formato de publicação de imagens lançado em 2017. Trata-se de uma sequência, que permite incluir de duas até dez imagens por postagem, agrupadas com um texto descritivo.

¹⁹ No Brasil, a tese jurídica do marco temporal trata da demarcação de terras indígenas. O dispositivo previa que indígenas poderiam reivindicar somente terras ocupadas por eles antes da Constituição de 1988, desconsiderando grupos já expulsos. O Supremo Tribunal Federal derrubou a aplicação da tese do marco temporal por nove votos a dois, em 21 de setembro de 2023.

Legendas	Com emojis, <i>hashtags</i> , explicativas, humoradas, enfáticas, pessoais
<i>Hashtags</i> mais utilizadas	#Racismoambiental #Criseclimática #jovensliderancas #Justicaclimática
Menções	Parceiros, mídia
Tópicos da postagem	
Principais temas	Igualdade racial, mudanças climáticas, justiça climática
Linguagem	Informal, empática, de pressão aos agentes (governantes, instituições, empresas)
Estilo Visual	
Cores	Azul, branco, rosa, verde
Fotografia	Artístico, documental, natureza
Gráficos ou infográficos	Ausente
Representatividade	
Uso de imagens representativas	Mulheres negras, outras minorias sociais
Diversidade na audiência	Comentários, marcações de pessoas no mesmo lugar de fala

Tabela 2. Análise do Instagram de Amanda Costa

As postagens de Amanda Costa, assim como os *posts* de Txai Suruí, apresentam grande articulação para o tema da justiça climática, trazendo elementos da oralidade, com uso de diversas estratégias narrativas em vídeos, textos e fotos para promover processos dialógicos e participativos. Com linguagem informal e empática, as ativistas realizam pressão aos agentes (governantes, instituições, empresas) e estabelecem conexão com seus públicos com o uso de emojis e *hashtags*. Suas táticas narrativas são explicativas, humoradas, enfáticas, pessoais.

Demos ênfase à análise narrativa, qualitativa, não com enfoque quantitativo. No entanto, os dados apresentados nas tabelas ajudam a evidenciar como se deu a recomposição da intriga ou do acontecimento das narrativas das ativistas sobre o tema aqui analisado. É importante destacar que do total de postagens de Txai Suruí no período analisado (52 posts) entre julho e novembro 2023 (momento da coleta da pesquisa, sintetizado na Tabela 1), 23 posts abordam, de algum modo, mudanças climáticas ou justiça climática. A maioria das postagens de Txai aborda direitos indígenas, já que trata do período que antecede os movimentos de pressão contra o marco temporal das terras indígenas. As postagens sobre a questão indígena não podem ser desconsideradas no contexto da justiça climática, já que os povos indígenas são grandes guardiões do território. Para se ter uma ideia, as terras indígenas demarcadas são responsáveis por proteger 80% da biodiversidade do planeta, conforme dados da ONU²⁰.

Das 67 postagens da ativista Amanda Costa no período analisado (entre julho e novembro 2023 e apresentadas na Tabela 2), 46 posts abordam justiça climática ou justiça ambiental. Grande parte das postagens analisadas têm foco educativo, explicativo ou de *advocacy* sobre justiça climática. Essas três características estão mais presentes nas narrativas de Amanda, que criou a página do Instagram com a finalidade de pressionar

²⁰ Indígenas preservam 80% da biodiversidade, mesmo representando apenas 5% da população mundial. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/direitos-humanos/audio/2017-08/onu-indigenas-preservam-80-da-biodiversidade-mundial-mas-ainda/>

o cumprimento dos ODS, principalmente para a redução de desigualdades (ODS 10) e ação climática (ODS 13).

A partir da primeira etapa da análise, identificamos temas recorrentes, que serão exemplificados a seguir.

5.2. A ORGANIZAÇÃO DA NARRATIVA

Conforme Motta (2013) essa etapa possibilita compreender como se dá a relação entre narradores e quem recebe as narrativas. Nesse movimento podemos verificar como se articulam ações, surpresas, tensões, clímax, um começo, desenvolvimento e final, quesitos da ordem narrativa, com intuito de gerar adesão de interlocutores.

As duas ativistas procuram estabelecer conexões com seus públicos, além de enfatizarem o caráter explicativo acerca das questões ambientais. Um exemplo de como Amanda Costa constrói esses recursos narrativos é o vídeo *Racismo ambiental existe?*, fixado no seu perfil. Com um minuto de oito segundos de duração, Amanda explica do que se trata e ainda lança provocações de forma criativa, crítica e assertiva.



Figura 3. *Racismo ambiental existe?*

Fonte. Retirado de *O que nunca te contaram sobre racismo ambiental* [Vídeo], por Amanda Costa [@souamandacosta], 2022, Instagram. (https://www.instagram.com/reel/Cg7COZ1Aejg/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D)

Conforme já discutimos, o conceito de racismo ambiental está relacionado ao de justiça climática e foi cunhado pelo ativista estadunidense Benjamin Franklin Chavis Jr. que, inclusive, atuou com Martin Luther King Jr. na luta contra o preconceito racial nos Estados Unidos. De forma criativa, Amanda explica a origem do termo. Transcrevemos alguns trechos para a compreensão:

o rolê é que as comunidades negras estavam sendo alvos de lixos tóxicos. Mas vem cá, a gente não precisa ir até lá nos EUA para investigar esse tema... Regiões indígenas não demarcadas, enchentes e deslizamentos, lixões e áreas urbanas não atendidas por saneamentos básico. Esses são exemplos de racismo ambiental. Tá na hora da gente entender esse tema

e dar espaço e visibilidade para quem realmente está fazendo algo para enfrentar todo esse sistema que nos exclui!!! Até porque o racismo ambiental afeta, principalmente, as mulheres pretas, periféricas, indígenas, ribeirinhas e quilombolas (Costa, 2022²¹).

Amanda Costa traduz, em linguagem descontraída e acessível, um conceito importante para a compreensão da justiça climática. Fala de forma bem-humorada e com recursos da ironia. Ao final do vídeo dá exemplos e articula sua narrativa de modo impactante. Lembra que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto que luta a favor da moradia, é um ótimo exemplo de um grupo que se articula para enfrentar injustiças. E encerra: “Pegou a visão, não é? Antes que eu esqueça, anota uma parada: O Brasil foi invadido e esse foi nosso primeiro caso de racismo ambiental!” (Costa, 2022).

Conforme indicado por Motta (2013) a etapa de organização da narrativa nos permite compreender o poder e as intenções persuasivas da composição da intriga por parte de narradores e destinatários. O autor destaca que a linguagem narrativa é por natureza dramática e a sua retórica é ampla e rica. “Intencionalmente ou não, geram nos receptores inúmeros efeitos de sentido poéticos e simbólicos. Esses efeitos catárticos suscitam estados de espírito diversos: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche, ironia etc” (Motta, 2013, p. 203). Chama também a atenção no texto dos *posts* de Amanda o uso de gírias e expressões relacionados ao repertório oral de jovens. Os recursos apontados promovem a identificação das pessoas, humanizam os fatos e promovem a compreensão com dramas humanos.

Txai Suruí, igualmente, usa recursos que recriam um diálogo com quem lê suas postagens, como o questionamento, a perplexidade, a decepção:

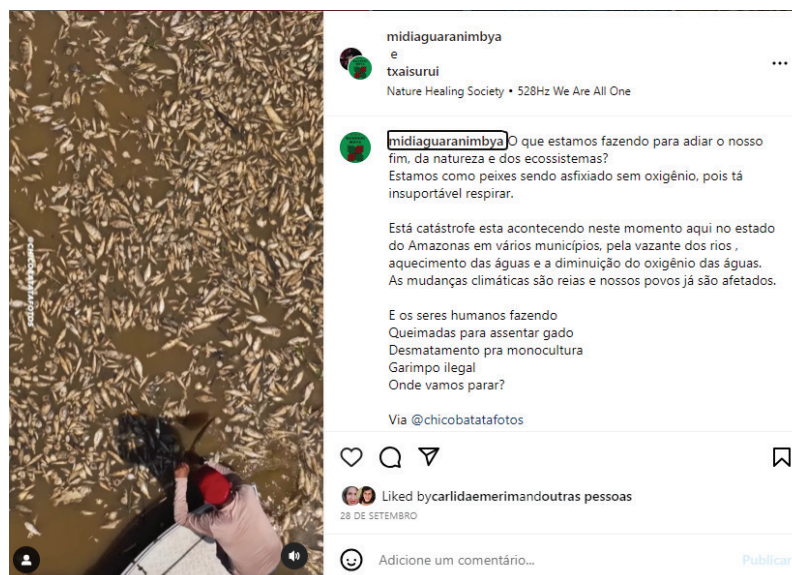


Figura 4. O que estamos fazendo para adiar o nosso fim?

Fonte. Retirado de *O que estamos fazendo para adiar o nosso fim?* [Vídeo], por Txai Suruí [@txaisurui], 2023a, Instagram. (<https://www.instagram.com/p/CxwbLn6tQLb/>)

²¹ Trata-se de postagem fixada no topo da página do Instagram de Amanda Costa. Ainda que tenha sido publicada originalmente em agosto de 2022, foi mantida na análise, já que a ativista manteve o post visível no momento da coleta de pesquisa.

Esta postagem de Txai Suruí, que também se utiliza de vídeo, evoca um sentimento de tristeza com a imagem dos peixes mortos, com a seca na Região Norte do Brasil (no segundo semestre de 2023). Reproduzimos o texto abaixo:

o que estamos fazendo para adiar o nosso fim, da natureza e dos ecossistemas? Estamos como peixes sendo asfixiados sem oxigênio, pois está insuportável respirar. Esta catástrofe está acontecendo neste momento aqui no estado do Amazonas em vários municípios, pela vazante dos rios, aquecimento das águas e a diminuição do oxigênio das águas. As mudanças climáticas são reais e nossos povos já são afetados. E os seres humanos fazendo queimadas para assentar gado. Desmatamento para monocultura. Garimpo ilegal. Onde vamos parar? (Suruí, 2023).

Os dois exemplos denotam que a organização das narrativas busca impactar quem as consome, acessando recursos emocionais. A seguir discutimos mais profundamente como se dá a revelação de conflitos como eixos que estruturam as narrativas sobre justiça climática.

5.3. A REVELAÇÃO DE CONFLITOS ENQUANTO *FRAME* ESTRUTURADOR DA NARRATIVA SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA

Nesta etapa na análise ficam explícitas as marcas de ação ativista, em especial, os pontos de pressão social, presentes nas postagens de Amanda Costa e Txai Suruí. A partir desse movimento de análise são reveladas relações entre visões de mundo diferenciadas na disputa pelo consenso cultural e construção de uma realidade discursiva hegemônica. Motta (2013) questiona: “quem detém o poder de voz? Esse poder provém de quais relações sociais? Até onde os interesses dos vários atores envolvidos em uma narração se chocam ou se entrecruzam para configurar os enredos?” (p. 213).

Todas essas inquietações estão presentes na construção narrativa do net-ativismo ambiental de Txai Suruí e Amanda Costa, conforme abaixo:



Figura 5. *Por que as periferias são as mais afetadas?*

Fonte. Retirado de *Porque as periferias são as mais afetadas?* [Vídeo], por Amanda Costa [@souamandacosta], 2023a, Instagram. (https://www.instagram.com/reel/Cx_eiuvxlx/)

Ao usar o recurso da pergunta, Amanda toca no âmago do conflito, conforme o texto demonstra: “Por que as periferias são as mais afetadas pelas mudanças climáticas? O que é Racismo Ambiental? Podemos fazer algo para mudar? Tá na hora de discutir o clima na quebrada!” (Costa, 2023). O post é um convite para o novo projeto do Instituto Perifa Sustentável. Conforme já destacado, o perfil de Amanda Costa, ativista que se dedica exclusivamente ao tema da emergência climática, apresenta posts sobre justiça climática com mais frequência. Suas postagens conectam questões interseccionais e questionam ao acesso à justiça e aos direitos humanos.

Como mulher negra, Amanda Costa busca constituir o espaço de legitimidade a partir de seu lugar de fala e não se curva aos polos de poder. Amanda se ergue contra a colonização de corpos, conhecimentos e subjetividades a partir de sua voz ativista. Consciente das interseccionalidades, tece narrativas que discutem gênero, classe social, questões étnico-raciais, entre outras clivagens, como faixa etária, condição física e posição geográfica, sempre conectadas às questões sócio-históricas.



Figura 6. Card palavra do feminismo

Fonte: Retirado de *Você já ouviu a palavra do feminismo hoje?* [Fotografia], por Amanda Costa [@souamandacosta], 2023b, Instagram. (<https://www.instagram.com/p/CzOaF7cr8ND/>)

Amanda utiliza-se do recurso de *posts* em parceria, o que agrega maior público à sua plataforma. Do mesmo modo, Txai também se utiliza do recurso de postagem com parceiros, que inclusive retomam seu discurso na COP-26. A postagem em colaboração com o Tribunal Superior do Trabalho, por ocasião do evento “Gente que Inspira – Jovens”, apresenta Txai Suruí e inclui o vídeo da fala da ativista, outro exemplo que traz à luz sua ancestralidade para o enfrentamento da crise climática.



Figura 7. Discurso COP

Fonte: Retirado de *Da etnia Paiter Suruí, Txai Suruí (@txaisurui) é coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que defende a causa indígena*, por Txai Suruí [@txaisurui], 2023b, Instagram. (<https://www.instagram.com/reel/CupGZ97grdK/>)

Durante a participação da jovem na COP-26, ela enfatizou que não haverá justiça climática sem justiça social para os povos indígenas. Reproduzimos um trecho:

a Terra está falando. Ela nos diz que não temos mais tempo (...). Precisamos tomar outro caminho com mudanças corajosas e globais. Não é 2030 ou 2050, é agora (...). Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, por isso devemos estar nos centros das decisões que acontecem aqui. (Suruí, 2021, 00:00:36)

Em outro post, Txai lembra que as mudanças climáticas têm contribuído para padrões climáticos imprevisíveis, resultando em uma seca devastadora no coração da Amazônia. Chama a atenção de que é preciso agir agora para combater as mudanças climáticas e proteger o equilíbrio vital das chuvas.

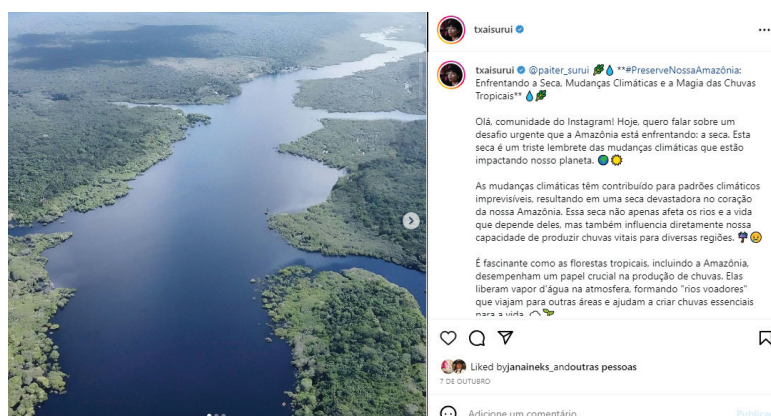


Figura 8. Preserve nossa Amazônia

Fonte. Retirado de #PreserveNossaAmzônia [Fotografia], por Txai Suruí [@txaisurui], 2023c, Instagram. (<https://www.instagram.com/p/CyG6REysRTk/>)

Como mulher indígena, Txai Suruí evidencia a urgente necessidade de reconexão com a proteção ambiental, a proteção de nossa casa comum. A voz de Txai ecoa a cobrança por ações contra o colonialismo e o racismo que, historicamente, violaram corpos e territórios, mas que se materializam até hoje, na contemporaneidade. Sua narrativa busca ativar a visão de que somos uma pequena parte do que chamamos de natureza, desequilibrada por conta das ações humanas.

Nessa terceira etapa de análise é possível perceber que as narrativas das duas ativistas fazem grande enfrentamento às estruturas de poder. Txai Suruí e Amanda Costa desafiam o capitaloceno²², evidenciando que transformações urgentes para o enfrentamento da

²² O termo capitaloceno, citado inicialmente em um seminário em Lund, na Suécia, pelo estudioso da ecologia humana Andreas Malm, em 2009, conforme Haraway (2016), entende o capitalismo como uma maneira de organizar a natureza, ou seja, compreende que vivenciamos uma ecologia-mundo multiespécie, situada e capitalista. A terminologia tem sido desenvolvida e popularizada pelo sociólogo Jason Moore e pela teórica feminista Donna Haraway. É importante destacar que há quase 12.000 anos a Terra vive a época geológica chamada Holoceno, uma marcação determinada com base em marcadores fósseis. Trata-se de um período bastante estável do ponto de vista climático. Após a Revolução Industrial, a adoção e intensificação acelerada de um sistema produtivo baseado na extração de produtos naturais e sua transformação industrial, para atender mercados cada vez maiores — e em especial o modelo energético baseado em combustíveis fósseis com fortes emissões de carbono e outros gases, modificam o sistema natural e a biosfera do planeta em amplitude global. Chega-se ao ponto de a comunidade científica discutir que adentramos em uma nova época geológica, denominada Antropoceno (Artaxo, 2014), caracterizada pelas mudanças na biosfera terrestre, com consequentes alterações climáticas no âmbito de uma crise socioambiental profunda. Mais do que denominar uma nova era geológica, o termo designa um conceito, ainda em debate pela comunidade científica, mas indica a pressão impactante do ser humano sobre os bens

emergência climática dependem de ações políticas e econômicas, a fim de minimizar as desigualdades no contexto do capitalismo global. As ativistas colocam seus saberes, corpos e subjetividades a serviço de conter a imensa destruição em curso (Haraway, 2016).

As jovens ativistas, mulheres e não-brancas, vocalizam o que Bruno Latour (2020) afirmou ao perguntar à humanidade, “onde aterrar”?, de forma a se orientar do ponto de vista político nesse momento em que “a natureza se transformou em território” (p. 17) e que os povos são despojados de suas territorialidades. A filósofa Alyne Costa, ao comentar esse ensaio de Latour, adapta uma frase do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2016), ao afirmar que, no Brasil, diante das catástrofes ecológicas e sanitárias que já começam a acontecer, todo mundo de certa forma se torna indígena, desterritorializado (Costa, 2020, p. 135).

Por outro lado, a análise das articulações de Txai e Amanda transparecem tessituras narrativas que costuram ancestralidade e futuro. Há uma simbologia interessante que conecta as duas ativistas: ambas estão à frente de organizações ambientais que têm como ícones aves (kanindé e sankofa). São livres para alcançar novos horizontes e, apesar dos debates e discussões pessimistas sobre a crise socioambiental e climática, apresentam potencial para espalhar palavras de esperança centradas em ação, experiências e exemplos concretos de articulações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justiça climática propõe que as mudanças no clima sejam combatidas com a responsabilização daqueles que efetivamente causam o desequilíbrio e que apresentam mais condições de enfrentá-las. A matriz interseccional não pode ser invisibilizada nessa discussão. O patriarcado, em todas as culturas, fortalece a injustiça climática. Mulheres, jovens, populações negras e tradicionais, especialmente vulneráveis nas dinâmicas de violência e desigualdades, passam a ser protagonistas ao criar fissuras nas estruturas de dominação. Elas entretencem novas tramas e disputam narrativas, mesmo nos cenários em que as lógicas do capitaloceno imperam, como nas redes sociais digitais, em especial na luta por proteção socioambiental, território histórico de exploração.

A partir das etapas de análise crítica da narrativa, percebemos que as práticas de *advocacy* sobre justiça climática estão bastante manifestas nas narrativas das jovens ativistas aqui evidenciadas, principalmente porque ambas integram a organização *Engajamundo* de liderança jovem. No caso de Amanda Costa, suas narrativas são totalmente voltadas ao combate à crise do clima. Txai Suruí realiza seu ativismo ambiental em defesa dos povos indígenas e relaciona, em grande parte de suas narrativas, que tal proteção se dá diante

naturais, com variações entre diferentes espaços e territórios. Neste artigo, entretanto, adotamos a nomenclatura de capitaloceno, de forma a representar melhor contextos históricos, econômicos, políticos e culturais alçados por sistemas de dominação e colonização. O capitaloceno abrange outras características além daquelas inclusas no conceito de Antropoceno e típicas da aceleração do capitalismo industrial e financeiro: monopólio dos meios de produção, exploração da força-de-trabalho com direcionamento racial, misógino e infantil; geração de lucro pela produção e consumo excessivo, supérfluo e pouco durável, que geram crises ecológicas de todos os tipos; colonização e expropriação dos bens naturais do Sul Global para o Norte Global, promoção de desigualdades econômica, social, ambiental, produtiva em locais mais empobrecidos e o vínculo dependente com os países mais ricos (Borinelli et al., 2021; Steffen et al., 2015). Para mais detalhes ver também Moore (2022).

do maior desafio da humanidade: agir contra as mudanças climáticas. Apesar do recorte abranger os meses de julho a novembro de 2023, a análise permitiu compreender que as articulações de Txai Suruí e Amanda Costa se dão no campo do net-ativismo ambiental na luta por justiça.

Deste modo, as brechas que as jovens mulheres abrem, mesmo que ainda com alcance reduzido, ampliam as possibilidades de sensibilização da sociedade sobre as mudanças do clima e, com isso, expandem canais de cobrança social para enfrentar a crise. Neste momento em que nossa responsabilidade social compartilhada de cuidar de nossos jovens se mostra ainda mais evidente, as ativistas evocam, por suas vozes e corpos, o grito de emergência em busca de justiça climática. Suas vozes-mulheres ecoam: o futuro é ancestral.

AGRADECIMENTOS

Este artigo conta com financiamento da Fundação Araucária com bolsa de pós-doutorado.

REFERÊNCIAS

- Acselrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais — O caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24, 103–119. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>
- Acselrad, H., Mello, C., & Bezerra, G. (2009). *O que é justiça ambiental?* Garamond.
- Artaxo, P. (2014). Uma nova era geológica em nosso planeta: O antropoceno? *Revista USP*, 103, pp. 13–24. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi103p13-24>
- Balbé, A. D., & Loose E. B. (2020). Jornalismo, medo e alterações climáticas: Articulações possíveis para pensar o enfrentamento dos riscos climáticos. *Observatorio (OBS*)*, 14(2), pp. 38–55. <https://doi.org/10.15847/obsOBS14220201465>
- Ballestrin, L. (2020). *O sul global como projeto político*. Horizontes ao Sul.
- Bauer, M., Gaskell, G., & Allum, N. (2015). Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento. Evitando confusões. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 17–36). Vozes.
- Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (Eds.). (2018). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Autêntica.
- Borinelli, B., Coltro, F., Rowiechi, J., & Silva, K. R. (2021). Natureza barata e desigualdade hidrossocial no capitaloceno. *Revista Gestão & Conexões*, 9(3), pp. 122–146. <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2020.9.3.32045.122-146>
- Castro, E. V. de (2016). “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”. Entrevista. In C. A. Ricardo & F. P. Ricardo (Eds.), *Povos indígenas do Brasil: 2001-2005* (pp. 41–49). Instituto Socioambiental.
- Ciscati, R. (2023). As periferias não são chamadas a discutir a crise climática, diz Amanda Costa. *Brasil de Direitos*. <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/as-periferias-no-so-chamadas-a-discutir-a-cri-se-climtica-diz-amanda-costa#>

- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 2020)
- Costa, A. [@souamandacosta] (2023a). *Porque as periferias são as mais afetadas?* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/reel/Cx_e1iuvxlx
- Costa, A. [@souamandacosta]. (2023b). *Você já ouviu a palavra do feminismo hoje?* [Fotografia], por Amanda Costa [@souamandacosta], Instagram. <https://www.instagram.com/p/CzOaF7cr8ND>
- Costa, A. [@souamandacosta]. (2022). *Racismo ambiental existe?* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/reel/Cg7COZ1Aejg/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D
- Costa, A. (2020). Posfácio: Aqui quem fala é da Terra. In B. Latour (Ed.), *Onde aterrar – Como se orientar politicamente no antropoceno* (pp. 135–157). Bazar do Tempo.
- Del Vecchio-Lima, M. R., Colatusso, V. W., Valginhak, D. A., & Aires, N. B. F. (2023). Net-ativismo ambiental nas plataformas de petições online avaa.org e change.org: Algumas observações. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 46, e2023105.
- Di Felice, M., Torres, J. C., & Yanaze, L. (2012). *Redes digitais e sustentabilidade: As interações com o meio ambiente na era da informação*. Annablume.
- Diffenbaugh, N., Burke, M. (2019). *Global warming has increased global economic inequality*. Stanford University.
- Downing, J. (2002) *Mídia radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* (S. Vieira, Trad.). Senac. (Trabalho original publicado em 2001)
- Fante, E., & Del Vecchio-Lima, M. (2023, 7 de novembro). A cobertura das políticas públicas ambientais e as pautas de urgência. *Jornal Nexo*. <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2023/11/07/a-cobertura-das-politicas-publicas-ambientais-e-as-pautas-de-urgencia>
- Gonzalez, L. (2019). A categoria político-cultural da amefricanidade. In H. B. de Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais* (pp. 341–352). Bazar do Tempo.
- Grandisoli, E., Bellaguarda, F., & Moraes, R. (2021). A emergência climática e as novas oportunidades para as juventudes. In E. Grandisoli, P. H. C. Torres, P. R. Jacobi, R. F. de Toledo, S. M. V. Coutinho & K. L. dos Santos (Eds.), *Novos temas em emergência climática*. IEE-USP.
- Haraway, D. (2016). Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: Fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica – Pesquisa, Jornalismo e Arte*, Ano 3(5), pp.139–146.
- Horn, A. T. A., & Del Vecchio de Lima, M. (2019). As mudanças climáticas e o seu discurso no HuffPost Brasil: Ênfase no “fazer sentir” ou no “fazer saber”? *Observatorio (OBS*) Journal*, 13(4), pp. 14–34. <https://doi.org/10.15847/obsOBS13420191446>
- Isaguirre-Torres, K., & Maso, T. (2023). As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. *Revista Direito e Práxis*, (14), pp. 458–485. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/73122>
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar? – Como se orientar politicamente no antropoceno*. Bazar do Tempo.
- Louback, A, & Lima, L. (Eds.). (2022). *Quem precisa de justiça climática no Brasil?*. Gênero e Clima.
- Mira Bohórquez, P. (2023) Justicia climática: Reflexiones críticas para una nueva comprensión del problema. In P. C. Mira Bohórquez & Muñoz Fonnegra (Eds.), *Estudios interdisciplinarios sobre el cambio climático* (pp. 113–149). Universidad de Antioquia.
- Moore, J. (2022). *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Elefante.

- Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Universidade de Brasília.
- Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra.
- Nusdeo, A., & De Paula e Silva, M. (2023). A proteção dos direitos humanos e a agenda climática: Convergência e desafios. *Diálogos Socioambientais: Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas um Diálogo Austrália-Brasil*, 16(1), pp. 9–12.
- Observatório do Clima. (2023, 9 de novembro). *Planeta ficou 1,3 °C mais quente nos últimos 12 meses*. <https://www.oc.eco.br/planeta-ficou-13-c-mais-quente-nos-ultimos-12-meses>
- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. (2023). *Relatório síntese sobre mudança climática 2023*. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf
- Peruzzo, C. (1999). *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. Vozes.
- Rincón, O. (2006). *Narrativas mediáticas*. Gedisa.
- Shome, D., Marx, S. (2016). *A comunicação das mudanças climáticas — Um guia para cientistas, jornalistas, educadores, políticos e demais interessados*. Unifesp/Universidade de Columbia.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Polity, John Wiley & Sons.
- Steffen, W, Broadgate, W., Deutsch, L., Gaffney, O., & Ludwig, C. (2015). The trajectory of the anthropocene: The great acceleration. *The Anthropocene Review*, 2(1), pp. 81–98. <https://doi.org/10.1177/2053019614564785>
- Suruí, T. [@txaisurui]. (2021). *É a única indígena a discursar hoje na abertura oficial da @cop26uk* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CVvDnigYCW>
- Suruí, T. [@txaisurui]. (2023a). *O que estamos fazendo para adiar o nosso fim?* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CxwbLn6tQLb>
- Suruí, T. [@txaisurui]. (2023b). *Da etnia Paiter Suruí, Txai Suruí (@txaisurui) é coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que defende a causa indígena* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/reel/CupGZ97grdK>
- Suruí, T. [@txaisurui]. (2023c). *#PreserveNossaAmzônia* [Fotografia]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CyG6REysRTk>
- Suruí, T. (2022). Aldeias cheias de fumaça lutam por justiça climática. Entrevista à Ellen Acioli. In A. C. Louback & L. M. R. T. Lima (Eds.), *Quem precisa de justiça climática no Brasil?* (pp. 69–72). Gênero e Clima.
- United Nations Children's Fund. (2021). *The climate crisis is a child rights crisis — Children's climate risk index*. <https://www.unicef.org/media/105376/file/UNICEF-climate-crisis-child-rights-crisis.pdf>
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, estado, sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Ediciones Abya-Yala.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Criselli Maria Montipó é jornalista, doutora e mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Integrante do Grupo

de Pesquisa Click – Comunicação e Cultura Ciber da Universidade Federal do Paraná e do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2697-5685>

Email: criselli@gmail.com

Morada: Rua Bom Jesus, 650, Juvevê, Curitiba, Paraná, Brasil. CEP: 80035-010

Myrian Regina Del Vecchio-Lima é jornalista e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, com pós-doutoramento em Jornalismo Digital na Université Lyon 2 (França). Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Click – Comunicação e Cultura Ciber.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1833-2332>

Email: myriandel@gmail.com

Morada: Rua Bom Jesus, 650, Juvevê, Curitiba, Paraná, Brasil. CEP: 80035-010

Submetido: 16/11/2023 | Aceite: 05/03/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.